

## INTERPRETAÇÕES SOBRE A DINÂMICA ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA

Guilherme Kulisky Aluno do 8º período do curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Mayara Alessandra Lopes Mendes Economista pela FAE Centro Universitário. Patrícia Ferreira Terçarolli Aluna do 8º período do curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Heloísa de Puppi e Silva Doutora em Tecnologia e Desenvolvimento pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professora da FAE Centro Universitário.

Contato: g.kulisky@gmail.com  
may2339@hotmail.com  
patriciatercarolli@gmail.com  
heloisa.puppi@fae.edu

### RESUMO

A partir da década de 1950 o Brasil começou a viver um período de intensa migração da população de áreas agrícolas do país para áreas urbanas, motivada por um projeto de crescimento econômico baseado na industrialização. No decorrer dos anos, até os anos 2000, algumas regiões do país assumiram características de baixa população, baixos índices de desenvolvimento e crescimento econômico, com atividade econômica predominantemente agropecuária. O objetivo é verificar a dinâmica interativa entre atividade econômica e o desenvolvimento local dos municípios do Vale do Ribeira. Para isto foi realizada uma pesquisa predominantemente exploratória, dedutiva e qualitativa, com abordagens explicativas sobre o desenvolvimento local. Além disso, foi realizada entrevista estruturada, por temas, com ator local; e foram realizadas coletas e análises de dados referentes à atividade econômica e o desenvolvimento da região. O referencial teórico teve como foco as principais teorias do desenvolvimento regional que, em sua formulação, possibilitem a argumentação explicativa do processo de crescimento, como por exemplo a exportação e a importação das localidades que desencadeiam a formação da renda, da demanda e do emprego. Apesar do Vale do Ribeira possuir significativa extensão rural e sua economia estar voltada para o agronegócio, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2010) o IDHM apesar da evolução, continua figurando entre as últimas posições no ranking dos seus respectivos estados. Para os municípios da região, a falta de séries homogêneas de dados e estudos, e articulação entre os órgãos de planejamento, oriunda da divisa entre os estados, apresentam obstáculos para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Atividade Econômica. Desenvolvimento Local. Vale do Ribeira. Crescimento Econômico. Multidisciplinaridade.

## INTRODUÇÃO

A face rural do desenvolvimento e sua interação com o meio urbano é uma das linhas interpretativas tradicionais da geografia econômica. A agricultura, ao longo da história, foi abordada por teóricos da economia, como uma atividade dependente das relações entre o sistema urbano e industrial. Entre as principais transformações estão: no século XVIII, os efeitos da revolução industrial no campo; e a revolução verde, a partir da década de 1950, com o aumento da produtividade da terra por meio da tecnologia de modificação de sementes, fertilização e mecanização (VIETMEYER, 2011).

No Brasil, na década de 1950, houve um expressivo êxodo rural impulsionado pela industrialização. Uma das diferenças apresentadas entre o campo e a cidade foi a evolução na vida urbana, marcada pelo acesso ao saneamento básico, eletrodomésticos e informações, enquanto o meio rural evoluía com dificuldade nesse aspecto. O processo de urbanização e industrialização se intensificou nos anos de 1960 e, até 1990, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (ALVES; MARRA; SOUZA; 2011) o êxodo rural contribuiu para a urbanização do Brasil. No período 1950-1960, chegou a ser responsável por 17,4% do crescimento populacional das cidades, e foi importante nas duas décadas seguintes. No Brasil a participação da população rural reduziu de 55%, em 1960, para 16% em 2010, segundo dados do IBGE.

Com a redistribuição espacial e o deslocamento da fronteira do agronegócio, essa nova dinâmica, deixou São Paulo e Paraná, fora do eixo agrícola-mineral. Em 1990, a região do Centro-Oeste tornou-se preferida por possuir menores custos de produção das lavouras e melhores condições climáticas e topográficas, quando comparados a regiões agrícolas tradicionais do Sul do País (LOURENÇO, 2007). Ao levar em consideração de que o território do Vale do Ribeira apresenta 94,3% de seus solos com potencialidade à degradação, devido à alta probabilidade de riscos de erosão, e 5,7% possuem afloramento rochoso (IPARDES, 2007), tanto na conjuntura de 1970, quando na nova dinâmica no agronegócio a partir de 1990, o Vale do Ribeira por suas características, tende a ser preterido para atividades agrícolas intensivas.

Este artigo, tem como tema a dinâmica econômica e o desenvolvimento local da região do Vale do Ribeira, de atividade econômica e população predominantemente rural, evidenciado por meio do Valor Adicionado Bruto Agropecuário, em que a composição do Vale do Ribeira Paraná e São Paulo são respectivamente 20% e 22% frente a composição de 10% e 2% de seus respectivos estados (IBGE, 2016). Considerando que a agricultura é o principal componente da produção local, este foi o ponto de partida de investigação dos

fatores condicionantes do desenvolvimento local, como forma explicativa da dinâmica da região caracterizada por estagnação produtiva, bolsões de pobreza e um baixo IDH.

De acordo com o Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2013), dentre os 399 municípios do estado do Paraná, cerca de 86% municípios do Vale do Ribeira paranaense demonstram médio desenvolvimento humano e 14% baixo desenvolvimento humano. No estado de São Paulo, essa composição é de 43% alto desenvolvimento humano e os outros 57% apresentam médio desenvolvimento humano.

Nesse sentido, a problematização operacional da pesquisa, para observar a dinâmica entre a atividade econômica e o desenvolvimento local, recai sobre uma pressuposição teórica de lacunas multidisciplinares que sustentem os argumentos para apresentar os impasses e as vulnerabilidades existentes no processo de evolução do Vale do Ribeira paranaense. Trata-se de um pressuposto construído a partir do levantamento do referencial teórico, que identificou a ausência de informações e estudos aprofundados com explicações teóricas interpretativas sobre as interações sociais e econômicas locais. Uma das principais evidências teórico operacionais deste pressuposto é a segregação territorial dos órgãos de planejamento público, oriunda da divisa entre os estados de São Paulo e Paraná. Este pode ser um entrave para o desenvolvimento local, visto que acarreta perda de eficiência e de oportunidade, na elaboração de estudos, que unifiquem ações e políticas públicas para o Vale do Ribeira.

O objetivo geral do trabalho foi verificar os limites multidisciplinares e interpretativos da dinâmica entre a agropecuária e o desenvolvimento local dos municípios do Vale do Ribeira. Para isto foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Referenciar teoricamente desenvolvimento local; o papel do Estado como indutor do desenvolvimento; e a dinâmica entre atividade econômica e desenvolvimento.
2. Descrever os procedimentos metodológicos da pesquisa que expressem a transposição: da observação da relação entre a atividade econômica e o desenvolvimento local.
3. Descrever a condição do desenvolvimento local e a atividade econômica dos municípios do Vale do Ribeira.

Analisar a relação entre a atividade econômica e o desenvolvimento local nos municípios do Vale do Ribeira, expondo os limites interpretativos e multidisciplinares da pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa de método dedutivo, qualitativa e predominantemente descritiva, com características explicativas. A descrição da dinâmica dos municípios da região com aspectos produtivos, sociais e geográficos compõem o contexto da condição de vida do

local, de modo que seja possível a argumentação explicativa sobre os limites interpretativos multidisciplinares da relação entre a atividade econômica e o desenvolvimento da região.

Na seção dois está o referencial teórico, na terceira seção estão descritos os procedimentos metodológicos, na seção de número quatro estão as informações levantadas sobre o objeto de análise e na quinta seção estão os resultados da pesquisa.

O tema é relevante pois trará mais um estudo sobre a região, com abordagens recentes sobre a condição econômica e social. A pesquisa tem intuito informacional, para uma nova perspectiva sobre a situação dos municípios desta região e para a alteração da consciência sobre a realidade local.

## **1 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A DINÂMICA ENTRE ATIVIDADE ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Entre 1940 e 1950, a instalação de indústrias começou a ser favorecida pelas dificuldades de importação decorrentes da Segunda Guerra Mundial e pelos planos de desenvolvimento brasileiros. Como consequência houve a ascensão de grandes agricultores, que provocou a emigração dos pequenos produtores para os centros urbanos que, por sua vez, demandava força de trabalho. Assim começou uma transição gradativa da população da zona rural para a zona urbana (REGO; MARQUES, 2006).

A partir da década de 1960 o país presenciou uma aceleração do crescimento econômico impulsionado pelo Plano de Metas, ocorrido entre 1956 e 1960. A industrialização provocou uma intensificação do êxodo rural, diante da demanda por mão de obra nos grandes centros urbanos (REGO; MARQUES, 2006, p. 97).

Ao mesmo tempo, em 1960, a economia brasileira começou a apresentar sintomas de esgotamento do processo de substituição de importação, iniciado em 1929, após a Grande Depressão, caracterizado pela ruptura do modelo primário-exportador, em detrimento de um modelo de desenvolvimento voltado ao mercado interno (TAVARES, 1975).

De acordo com os dados do IBGE, de população por situação do domicílio de 1950 a 2010, observa-se uma mudança a partir da segunda metade da década de 1960, onde ocorre uma interseção entre a curva de representação urbana e rural, indicando a transformação destes espaços. A população urbana cresceu em ritmo acelerado e contínuo, transformando a dinâmica do país. Na década de 60, aproximadamente 14 milhões de pessoas deixaram o campo e nos anos 70 esse número chegou a 17 milhões segundo o IBGE.

TABELA 1 – População Total, População Urbana e Rural – São Paulo, Paraná e Brasil – 2010

Espacialidades	População Total		População Urbana 2010		População Rural 2010	
Paraná	10.444.526	100%	8.912692	85%	1.531.834	15%
São Paulo	41.262.199	100%	39.585.251	96%	1.676.948	4%

FONTE: Dados brutos CENSO demográfico (2010). Tabulado pelos autores.

A segunda metade do século XX foi particularmente importante para as mudanças estruturais que beneficiaram o crescimento das atividades industriais em detrimento da agricultura, com o aumento da participação das indústrias extrativa mineral, de construção civil e os serviços industriais dos setores de comunicações, instituições financeiras e de administração pública (REGO; MARQUES, 2006).

No final do século XX, o Brasil iniciou a abertura comercial do País para investimento direto estrangeiro, dando início a um novo panorama econômico para o século XXI. As mudanças estruturais iniciadas na década de 90 apresentaram caráter organizacional com destaque para as privatizações e abertura de capital estrangeiro. Nos anos recentes, é perceptível que após a estabilidade propiciada pelo Plano Real, o país iniciou uma nova dinâmica na economia. Em um mercado globalizado e com inflação sob controle, durante a Era Lula (2003-2011) foi consolidada no país uma estratégia de desenvolvimento fortemente ancorado no modelo de consumo em massa. Durante este período o Brasil presenciou um fortalecimento no mercado de trabalho, criação de políticas redistributivas, expansão de crédito e o fortalecimento da agroindústria puxada pelo aumento de preço das commodities diante do crescimento da demanda do mercado (GRAMAUD; VASCONCELOS; TONETO, 2017).

Durante a segunda década do século XXI, o modelo de crescimento do início dos anos 2000 mostrou-se insustentável a partir do segundo mandato do Governo Dilma. A tentativa de recriar um modelo de expansão semelhante ao do Governo Lula, não surtiram o mesmo efeito na economia, durante este período. Tanto pelo esgotamento do modelo, caracterizado por baixa taxa de investimento quanto pela baixa inserção internacional da indústria brasileira na economia e a diminuição do preço das commodities (GRAMAUD; VASCONCELOS; TONETO, 2017).

O cenário macroeconômico, vivenciado pelo Brasil como a redução do saldo da balança comercial, perda de produtividade, problemas de infraestrutura e a valorização cambial aliado fraco desempenho dos principais compradores de produtos brasileiros como a Argentina, refletiu na retração da participação da indústria neste cenário. Esse conjunto de variáveis comprometeu a sustentabilidade do crescimento econômico Brasileiro, culminando um início de recessão em 2014.

## 1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O crescimento da produtividade de uma região, depende, diretamente, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico à produção. Investimento e progresso técnico, por sua vez, dependem, em geral, da qualidade das instituições formais e informais, que cada sociedade nacional estiver adotando.

O desenvolvimento econômico está ligado às mudanças profundas na economia e na sociedade. Para Perroux, o crescimento não surge em toda a parte e ao mesmo tempo, mas se manifesta com intensidades diferentes e em polos de crescimento, se propagando igualmente, de formas diferentes e apresentando resultados variáveis (LIMA; SIMÕES, 2010). Perroux com sua teoria, fundamenta a maior probabilidade de crescimento em polos industriais, que são consideradas regiões ao redor de um grande centro urbano e principalmente próximo a grandes fontes de matéria-prima. As unidades mais aptas reforçam de forma crescente suas posições, sobre as demais (THEIS; GALVÃO, 2012). Quando a condição de desenvolvimento é observada sobre um recorte espacial, emergem as abordagens sobre o desenvolvimento local, que pode se referir a um território ou região, em que tais recortes podem ser associados pela geografia econômica como ordem de três naturezas, onde o espaço está associado distância, distribuição e limites ou fronteiras, ele pode ser relacionado a divisão espacial do trabalho dada uma alocação econômica de recursos. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não (SANTOS, 2008). O território, apesar de implicar em uma noção espacial, difere de espaço, visto que este tem uma primeira natureza que antecede o território que seria uma produção social de segunda natureza, a partir do recorte espacial que pode ser definido por relações políticas entre atores, agentes, sujeitos e objetos. No que tange a definição de região há conceitos empregados na geografia econômica, podendo ser descrita como espaço de uma sociedade resultante do pensamento social e identidade cultural da população ocasionada por seus limites físicos (THEIS; GALVÃO, 2012).

A região como objeto de estudo, pode ser entendida como “O resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença de capitais [...] exercendo o papel ou determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico [...]” (SANTOS, 2008). Segundo a teoria inter-regional da renda, as ligações de produção existentes entre regiões, significa uma interdependência entre a oferta interna de outras regiões. Analisando pela perspectiva do efeito retorno é verificado que a estrutura de demanda em cada região é suprida por produção de outras regiões, esse efeito em cadeia de

interdependência é conhecido como multiplicador Inter-regional da Renda. O multiplicador não indica o processo de propagação do efeito de variação, porém admite que um aumento autônomo do nível de renda da região (A), equivalente a uma unidade monetária, irá gerar um multiplicador do nível de renda da região (B) (CLEMENTE, 1994).

No âmbito da interdependência, há de se verificar também de acordo com a teoria dos lugares centrais, a hipótese dos lugares como uma rede, onde a centralização é uma tendência natural, logo tal fenômeno ajudaria a entender o porquê o Vale do Ribeira tornou-se preterido por governos e organizações na alocação de recursos (CLEMENTE, 1994).

Os lugares de menor centralidade possuem características e tendências naturais que tornam a produção menos competitiva, como distância geográfica, dificuldade para escoamento aos polos, custo do transporte, escassez de matéria-prima entre demais fatores, de forma que a economia de escala se torna pouco atrativa (CLEMENTE, 1994).

Walter Isard, em sua obra *“Location and space-economy: a general theory relating to industrial location”* (1956), introduz a problemática de espaço na teoria econômica pelo conceito do insumo de distância. Para Isard, os insumos de distância são considerados como um outro fator de produção, cujo preço é a taxa de transporte e cuja combinação ótima com outros fatores pode ser determinada pelos princípios de substituição (DINIZ, 2006).

Alfred Weber, Von Thunen, Launhardt, Christaller e Losch cujas teorias de viés espacialista abordam que as organizações espaciais são determinantes dos processos sociais e a dinâmica da região. Essa abordagem, deixa pouca margem de atuação para os agentes, pois defende a vantagem dos lugares centrais frente a região, assim como David Ricardo aborda em sua teoria das vantagens comparativas, de forma empírica há de afirmar-se que o Vale do Ribeira estará em posição de desvantagem (DINIZ, 2006).

“Vários autores criticaram o vício espacialista no planejamento regional urbano [...]. O problema teórico metodológico e a sua observação fenomênica, e sua generalização do processo” (DINIZ, 2006, p. 65). Contudo, o desenvolvimento local engloba as dimensões espaciais, econômicas, sociais, culturais e políticas que em conjunto podem produzir uma prosperidade sólida e sustentável (FAURÉ; HASENCLAVER, 2003).

## 1.2 O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A experiência em diversos territórios no Brasil, como o programa de desenvolvimento iniciado em 1970 pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), demonstra que conquistas e estratégias de desenvolvimento regional não ocorrem em curto

prazo (LOURENÇO, 2007). Elas são construídas no âmbito de um amplo processo de melhoria contínua da qualidade de vida de um território pelos moradores e demais agentes (VEIGA, 2000). Nesse sentido, promover o desenvolvimento local significa implementar ações que permitam a ativa participação do cidadão, o efetivo respeito social sobre a gestão pública, por meio do fortalecimento da sociedade civil, construindo soluções conjuntas para as localidades. Por cumprir com seu papel constitucional, estimular o diálogo, as interações sociais e produtivas, o Estado ainda é considerado uma das formas relevantes de redução da pobreza.

Rosestein-Rodan (1943 apud DINIZ, 2006) associou a atuação deprimida de algumas regiões, a escassez de capital e a ausência de complementariedade da demanda local. Para enfrentar estes fatores excludentes, é proposto um grande pacote de investimentos promovido pelo estado, denominado “Big-Push, em escalas que haja externalidades positivas no território.

Para os teóricos Myrdal e Hirschman (apud DINIZ, 2006) cujo foco na causalidade cumulativa, evidenciava a necessidade da intervenção dos agentes do setor público e privado para o desenvolvimento regional afim de diminuir as diferenças entre as estruturas produtivas das regiões por meio de mecanismos de compensação. Como por exemplo, a promoção de capital social básico por parte do governo para a economia, iniciando uma base para que as empresas privadas possam efetuar investimento diretamente produtivos, diferentemente de Rodan, a intervenção dos agentes aconteceria de forma desequilibrada, por meio de um processo circular cumulativo.

O papel do Estado no desenvolvimento local, segundo Nurkse, seria não somente o papel de agente catalisador, como também a único modo de quebrar a espiral de baixa produtividade.

Para Nurkse (1957), círculo vicioso da pobreza significa que “um país é pobre porque é pobre”. [...] As mais importantes das relações circulares que compõem esse círculo vicioso são justamente aquelas que dificultam a formação de capital nos países atrasados, relacionadas tanto ao lado da oferta quanto ao lado da demanda de capital (CARDOSO, 2012, p. 13).

Os autores discutidos, desenvolveram como principal objeto da sua argumentação os mecanismos cumulativos da economia. As abordagens de Nurkse e Myrdal, convergem e apresentam complementariedades. O efeito de baixa propulsão de determinados locais apontados por Myrdal, seriam um dos componentes que ajudariam a explicar a permanência do círculo vicioso da pobreza definido por Nurkse. Do mesmo modo a causalidade circular cumulativas apontadas por Myrdal pode ser interpretada como uma maneira de superar o círculo vicioso da pobreza e a dimensão do desenvolvimento (CARDOSO, 2012). O

desenvolvimento econômico indica a melhoria do bem-estar ou a qualidade de vida das pessoas, de como está sendo feita a distribuição de renda, do acesso igualitário a saúde, e educação, do incentivo à pesquisa de teor científico e tecnológico entre outros fatores sociais. A identificação de um “problema regional”, geralmente relacionada com as desigualdades regionais de desenvolvimento e a existência de regiões atrasadas (DINIZ, 2006).

Segundo relatórios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE apud VEIGA, 2000), as regiões dos seus países membros são enquadradas em três categorias: Essencialmente rurais, onde mais de 50% dos habitantes vivem em localidades rurais; relativamente rurais na qual de 15% – 50% vivendo em localidades rurais e essencialmente urbanas onde menos de 15% da população vivem em localidades rurais, sendo todas as três um misto de espaço rural e urbano em maior ou menor concentração.

No aspecto da relação urbano-rural, a leitura multidisciplinar do local, aponta para a integração campo-cidade como fator catalisador do desenvolvimento regional sustentável. Casos onde a sociologia urbana propiciou uma importante descrição analítica do local para realizar o entendimento do conjunto dinâmico entre a agricultura familiar, outras formas não patronais de agricultura e a atividade urbana (VEIGA, 2000).

O desenvolvimento brasileiro, pela diversificação de seu sistema urbano, vai exigir uma nova dinâmica territorial, onde o papel das unidades familiares pode ser decisivo. [...] Esperar que os benefícios do crescimento econômico atinjam as populações mais pobres pela simples expansão da demanda por trabalho é um caminho bem mais incerto do que dotá-las dos meios que vão convertê-las nas protagonistas do processo de crescimento econômico nas regiões em que habitam (ABRAMOVAY; 2001, p. 6).

Segundo Relatório do Ministério do Desenvolvimento Agrícola (ROMÃO, 2006), o meio rural caminha para um esvaziamento agrícola. O perfil ocupacional brasileiro reforça o crescimento no setor de serviço dos municípios e a queda da área plantada, este comportamento pode ser explicado pela busca de alternativa para a sobrevivência. O fluxo da população rural em sua maioria, busca primeiramente emprego na área urbana do seu município e como segunda alternativa, parte para os grandes centros (ROMÃO, 2006).

De acordo com estas características de fluxo de migração, é considerada a hipóteses da necessidade de estilos diferentes de desenvolvimento. Neste sentido, Veiga (2002) afirma que em alguns casos, regiões essencialmente rurais podem ser mais dinâmicas que a área urbana “O desenvolvimento leva a uma forte revalorização do ambiente natural, em vez de suprimir a diferença entre cidade e campo por obra e graça da organização conjunta da agricultura e da indústria” (VEIGA; 2002, p. 165).

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão tem caráter analítico e descritivo da atividade econômica e da população, para abordagem da dinâmica local do Vale do Ribeira Paranaense, contextualizada por meio de um histórico geral e transformações econômicas do Brasil e do estado do Paraná nos séculos XX e XXI, e do Vale no século XIX.

O referencial teórico foi estruturado com base em teorias: dos lugares centrais, dos pólos de crescimento, inter-regional da renda e do papel do Estado no desenvolvimento, estudos reunidos no livro “Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes” de Diniz (2006).

Para apresentar o objeto de estudo, dado pelo Vale do Ribeira, a captação de dados qualitativos foi realizada no modelo de pesquisa documental (MARCONI; LAKATOS, 2008). Foram descritas informações a partir: do relatório de Zoneamento Ecológico-Econômico de 2014, que reúne o levantamento de dados da região desde a década de 1990 a 2000, realizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA, 2014); Proposta de Macrozoneamento do Vale do Ribeira por meio da Secretaria do Estado de Meio Ambiente (SEMA, 1996); Estudo de séries históricas das bacias do estado do Paraná (PARANÁ, 2010); informações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (ROMÃO, 2006), com pesquisas do Vale do Ribeira para o desenvolvimento das comunidades rurais; e análise do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social, intitulada “Vale do Ribeira: Referências da Dinâmica Regional” (IPARDES, 2003).

O conjunto dos documentos citados possui informações quanto às características hidrográficas, geográficas e climáticas acerca da região estudada. Eles contribuem para análise de como a população e a economia se relacionam como meio ambiente e com o meio rural.

Para contribuição quantitativa foram utilizados dados captados no Sistema IBGE de recuperação Automática (IBGE, 2016) como produção de lavouras e pecuárias e valor da produção e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) para mensurar a evolução da variação do Índice de Gini de 1991, 2000 e 2010; censo da população rural 2010 e população urbana 2010; e Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) 2000 e 2010.

Adicionalmente houve a realização de entrevista estruturada por temas com um agente local, a empresa cimenteira Supremo Cimentos.

No QUADRO 1 está o protocolo de pesquisa que relaciona o objetivo específico às técnicas e métodos de pesquisa, com a organização do estudo e os produtos gerados com o desenvolvimento de cada seção.

QUADRO 1 – Protocolo de pesquisa

OBJETIVO	TÉCNICAS E MÉTODOS DE PESQUISA	ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	PRODUTO
1. Referenciar teoricamente desenvolvimento local; o papel do Estado como indutor do desenvolvimento; e a dinâmica entre atividade econômica e desenvolvimento (Seção 2)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa Bibliográfica</li> <li>- Pesquisa Documental</li> <li>- Pesquisa Qualitativa</li> <li>- Histórica</li> <li>- Análise de conteúdo.</li> </ul>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Crescimento e Desenvolvimento Econômico</li> <li>2. Economias de aglomeração e concentração</li> <li>3. Economia Rural</li> <li>4. Teoria do papel do Estado no desenvolvimento</li> </ol>	- Linhas gerais de um modelo conceitual teórico de desenvolvimento regional que possibilite a leitura da relação entre a atividade econômica e o desenvolvimento local.
2. Descrever os procedimentos metodológicos da pesquisa que expressem a transposição: da observação da relação entre a atividade econômica e o desenvolvimento local (Seção 3)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa Bibliográfica</li> <li>- Analógico (parecido, semelhante)</li> <li>- Metodológico</li> </ul>	<b>METODOLOGIA</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Descrição metodológica para a estruturação do modelo do sistema conceitual</li> <li>2. Descrição dos procedimentos de pesquisa</li> </ol>	- Estruturação de um modelo metodológico operacional do modelo conceitual para expressar os resultados da Pesquisa.
3. Descrever a condição do desenvolvimento local e a atividade econômica dos municípios paranaenses do Vale do Ribeira. 4. Analisar a relação entre a atividade econômica e o desenvolvimento local nos municípios do Vale do Ribeira, expondo os limites interpretativos e multidisciplinares da pesquisa (Seção 4)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa Documental</li> <li>- Pesquisa Qualitativa</li> <li>- Análise de dados qualitativos</li> <li>- Análise de dados quantitativos</li> <li>- Entrevista estruturada</li> <li>- Histórica</li> <li>- Análise de conteúdo</li> </ul>	<b>LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O Vale do Ribeira</li> <li>2. Análise qualitativa de dados e informações</li> <li>3. Análise quantitativa de dados e informações</li> </ol>	- Estruturação de um modelo metodológico operacional do modelo conceitual para expressar os resultados da Pesquisa.

FONTE: Os autores (2018)

### 3 O VALE DO RIBEIRA: DINÂMICA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em 1953, foi criado o Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado (PLADEP) com o intuito de desenvolver o estado do Paraná. No ano de 1960, a equipe multidisciplinar do

PLADEP tinha como objetivo realizar o planejamento infraestrutural e fomentar projetos de desenvolvimento para a economia e para as necessidades de políticas públicas dos agricultores da região. Com o planejamento mais estruturado o Paraná vivenciou um crescimento da produção do café e tornou-se o maior exportador deste grão no mundo (LOURENÇO, 2013).

A estrutura agrária do Brasil, no início da década de 1960, mantinha técnicas rudimentares e como consequência baixa produtividade e um cultivo agrícola de baixo nível, com impacto direto no preço dos produtos e qualidade de vida da população (REGO; MARQUES, 2006, p. 109).

Em 1967, com a criação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), o Brasil vivenciou uma retomada no desenvolvimento via aumento dos investimentos e estabilização da economia (REGO; MARQUES, 2006, p. 115). Este período foi marcado também pelo início da Revolução Verde no Brasil, caracterizada pela geração de conhecimentos tecnológicos destinados à agropecuária do mundo inteiro e sistematizados em pacotes tecnológicos abrangendo a área da química, da mecânica e da biologia (ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001). No Brasil, a Revolução Verde ocorreu com o objetivo de aumentar a produtividade do campo.

Na primeira metade da década de 1970, com o esgotamento do plantio do café a economia paranaense projetou seus esforços para a diversificação por meio de incentivo ao cultivo de soja, visto que o grão é uma commodity valorizada e mais resistente ao clima. O crescimento urbano começou a demandar cada vez mais mão de obra do meio rural para suprir a demanda crescente de produção caracterizando o fenômeno do êxodo rural, que foi intensificado no final da década de 1970, pela ativação de grandes projetos de infraestrutura, em sua maioria estatais (LOURENÇO, 2013).

Avaliando o período histórico desde 1980 até a atualidade é possível distinguir as características e evoluções que moldaram a agricultura tal qual observa-se hoje, como meio de fornecer suprimentos para o setor urbano, gerar divisas por meio das exportações e ofertar mão-de-obra para indústria.

Na região do Vale do Ribeira paranaense, formada principalmente por agricultura familiar e tradicional, predomina a agropecuária extensiva e de baixa produtividade. Visto que os agentes buscam sempre maximizar a produtividade, a agricultura sempre está em busca das melhores terras (IPARDES, 2007).

A porção paranaense caracteriza-se como uma região que permaneceu à margem dos grandes ciclos econômicos do Estado: o ciclo do mate, o ciclo da madeira, a expansão

cafeeira do norte paranaense, a expansão da agricultura de grãos para exportação e, mais recentemente, o processo industrial intensivo (IPARDES, 2007, p. 17).

Assim, compreende-se que a mobilização e a organização dos atores sociais locais passam a ser elementos essenciais nos processos de desenvolvimento conduzidos na atualidade. A promoção do desenvolvimento local sustentável vai além do crescimento econômico e pressupõe a mobilização local dos recursos e das competências e o reforço das solidariedades locais. Isso implica o fortalecimento das redes entre as diferentes esferas sociais que compõem a economia local (IPARDES, 2007).

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL GERAL DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA

O Vale do Ribeira está localizado no sul do estado de São Paulo e leste do estado do Paraná, no Brasil. A região é composta por 30 municípios, sendo sete deles no estado do Paraná: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Tunas do Paraná e 23 no estado de São Paulo: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananeia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juitituba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras, Tapiraí (IPARDES, 2007).

De acordo com o estudo desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (ROMÃO, 2006) e publicado em um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais, foi realizada uma avaliação comparativa por meio de tipologia social, econômica e ambiental dos municípios.

Foram usados métodos estatísticos de análise multivariada aplicados à variáveis do Censo Agropecuário 1995-1996, do Censo Demográfico de 1991, do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADH) de 1998, da Carta de Classificação e Uso das Terras (CCUT) de 1975, do Perfil Municipal (PM) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Os dados utilizados foram coletados para os seguintes municípios do Vale do Ribeira: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananeia, Eldorado, Iguape, Iporanga, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí (ROMÃO, 2006, p. 30).

Uma parte do Vale do Ribeira está localizado na província costeira, ocupando o Planalto Atlântico, a província costeira apresenta complexidade litológica e de formação topográficas distintas. O Planalto Atlântico tem como característica morros, morretes graníticos, solo com baixa fertilidade, excesso de água, limitação a uso de máquinas outras atividades que

envolvem equipamentos adequados a solos regulares, o uso do solo e a capacidade das terras do Vale do Ribeira não apresentam condições de plantio favoráveis ao setor agrícola em larga escala atribuída ao aspecto de relevos acidentados, segundo estudos realizados pela Engecorps para a proposta de macrozoneamento do Vale do Ribeira em 1991-1996 (SEMA, 1996).

FIGURA 1 – Municípios e Localização do Vale do Ribeira



FONTE: SEMA (1996)

TABELA 2 – Índice de Gini e IDHM – Vale do Ribeira, São Paulo e Paraná; Valor Adicionado Bruto (VAB– 2000 e 2010; População Total, População Urbana e Rural – Municípios do Vale do Ribeira, São Paulo e Paraná – 2000 e 2010

Espacialidades	IDHM		GINI	VAB (R\$ mil)				VAB (%)				População					
	Ranking IDH	IDHM		Total	Indústria	Agropec.	Serviços	Adm. Públ.	Indústria	Agropec.	Serviços	Adm. Públ.	Total	Urbana	Rural	Urbana (%)	Rural (%)
Apiai (SP)	535 <sup>a</sup>	0,710	0,470	571.650	104.447	158.668	219.566	88.969	18%	28%	38%	16%	25.191	18.218	6.973	72%	28%
Barra do Chapéu (SP)	640 <sup>a</sup>	0,660	0,540	80.549	3.466	40.079	16.788	20.216	4%	50%	21%	25%	5.244	1.544	3.700	29%	71%
Barra do Turvo (SP)	645 <sup>a</sup>	0,640	0,500	74.575	4.074	4.141	32.075	34.286	5%	6%	43%	46%	7.729	3.174	4.555	41%	59%
Cajati (SP)	603 <sup>a</sup>	0,690	0,480	929.673	275.409	204.624	336.640	113.000	30%	22%	36%	12%	28.372	20.720	7.652	73%	27%
Cananeia (SP)	470 <sup>a</sup>	0,720	0,500	195.996	27.034	29.198	86.706	53.057	14%	15%	44%	27%	12.226	10.436	1.790	85%	15%
Eldorado (SP)	608 <sup>a</sup>	0,690	0,500	217.634	9.385	80.253	66.460	61.537	4%	37%	31%	28%	14.641	7.205	7.436	49%	51%
Iguape (SP)	427 <sup>a</sup>	0,730	0,560	602.836	146.088	83.209	251.099	122.440	24%	14%	42%	20%	28.841	24.687	4.154	86%	14%
Ilha Comprida (SP)	435 <sup>a</sup>	0,730	0,480	545.888	268.192	3.789	189.875	84.033	49%	1%	35%	15%	9.025	9.025	-	100%	0%
Iporanga (SP)	569 <sup>a</sup>	0,700	0,530	42.671	2.132	4.934	13.513	22.091	5%	12%	32%	52%	4.299	2.401	1.898	56%	44%
Itaoca (SP)	624 <sup>a</sup>	0,680	0,550	34.661	6.898	4.116	8.191	15.456	20%	12%	24%	45%	3.228	1.760	1.468	55%	45%
Itapirapuã Paulista (SP)	639 <sup>a</sup>	0,660	0,530	32.921	1.597	3.809	9.426	18.088	5%	12%	29%	55%	3.880	1.892	1.988	49%	51%
Itariri (SP)	629 <sup>a</sup>	0,680	0,520	222.719	9.853	75.669	80.253	56.943	4%	34%	36%	26%	15.471	9.879	5.592	64%	36%
Jacupiranga (SP)	498 <sup>a</sup>	0,720	0,530	423.496	24.810	148.626	187.164	62.896	6%	35%	44%	15%	17.208	9.369	7.839	54%	46%
Juquiá (SP)	583 <sup>a</sup>	0,700	0,490	332.896	17.649	121.914	125.875	67.458	5%	37%	38%	20%	19.246	12.139	7.107	63%	37%
Juquitiba (SP)	544 <sup>a</sup>	0,710	0,510	404.399	44.792	772	250.753	108.082	11%	0%	62%	27%	28.737	22.240	6.497	77%	23%
Miracatu (SP)	594 <sup>a</sup>	0,700	0,500	383.608	29.548	78.114	198.487	77.459	8%	20%	52%	20%	20.592	10.586	10.006	51%	49%
Pariquera Açu (SP)	342 <sup>a</sup>	0,740	0,470	469.153	53.791	70.134	279.671	65.557	11%	15%	60%	14%	18.446	12.661	5.785	69%	31%
Pedro de Toledo (SP)	598 <sup>a</sup>	0,700	0,470	129.717	7.194	25.646	56.659	40.218	6%	20%	44%	31%	10.204	7.033	3.171	69%	31%
Registro (SP)	205 <sup>a</sup>	0,750	0,530	1.619.300	131.753	114.116	1.174.679	198.751	8%	7%	73%	12%	54.261	48.169	6.092	89%	11%
Ribeira (SP)	590 <sup>a</sup>	0,700	0,470	46.709	2.965	14.054	15.063	14.628	6%	30%	32%	31%	3.358	1.236	2.122	37%	63%
São Lourenço da Serra (SP)	416 <sup>a</sup>	0,730	0,510	176.308	17.402	1.264	101.995	55.647	10%	1%	58%	32%	13.973	12.719	1.254	91%	9%
Sete Barras (SP)	634 <sup>a</sup>	0,670	0,510	358.625	15.774	209.180	83.476	50.195	4%	58%	23%	14%	13.005	7.191	5.814	55%	45%
Tapiraí (SP)	621 <sup>a</sup>	0,680	0,440	138.558	13.777	52.895	40.274	31.612	10%	38%	29%	23%	8.012	5.728	2.284	71%	29%
Adrianópolis (PR)	332 <sup>a</sup>	0,670	0,530	208.554	107.937	29.900	40.707	30.010	52%	14%	20%	14%	6.376	2.060	4.316	32%	68%
Bocaiúva do Sul (PR)	370 <sup>a</sup>	0,640	0,450	175.062	29.695	29.433	65.466	50.468	17%	17%	37%	29%	10.987	5.128	5.859	47%	53%
Cerro Azul (PR)	899 <sup>a</sup>	0,570	0,410	252.422	20.935	102.143	58.811	70.533	8%	40%	23%	28%	16.938	4.808	12.130	28%	72%
Doutor Ulysses (PR)	400 <sup>a</sup>	0,550	0,500	418.702	109.981	20.748	184.997	102.976	26%	5%	44%	25%	23.887	19.956	3.931	84%	16%
Itaperuçu (PR)	375 <sup>a</sup>	0,640	0,400	941.203	522.085	41.119	238.223	139.776	55%	4%	25%	15%	30.650	22.045	8.605	72%	28%
Rio Branco do Sul (PR)	308 <sup>a</sup>	0,680	0,470	97.751	15.907	18.919	30.690	32.235	16%	19%	31%	33%	6.256	2.792	3.464	45%	55%
Tunas do Paraná (PR)	391 <sup>a</sup>	0,610	0,520	65.031	2.217	25.226	12.498	25.090	3%	39%	19%	39%	5.727	929	4.798	16%	84%
Vale do Ribeira SP	-	0,700	0,504	8.034.542	1.218.030	1.529.204	3.824.688	1.462.619	15%	19%	48%	18%	365.189	260.012	105.177	71%	29%
Vale do Ribeira PR	-	0,623	0,469	2.158.725	808.757	267.488	631.392	451.088	37%	12%	29%	21%	100.821	57.718	43.103	57%	43%
São Paulo	-	0,780	0,560	1.724.554.931	369.304.807	35.827.657	1.152.749.216	166.673.250	21%	2%	67%	10%	41.262.199	39.585.251	1.676.948	96%	4%
Paraná	-	0,740	0,530	351.177.059	90.265.935	34.670.442	177.186.880	49.053.802	26%	10%	50%	14%	10.444.526	8.912.692	1.531.834	85%	15%

FONTE: Dados IDHM: Atlas Brasil 2000 e 2010; IBGE: Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo Município – Período: 2000 e 2010; Dados brutos SIDRA (IBGE, 2019); Dados brutos CENSO demográfico 2000-2010. Tabulado pelos autores (2019)

## 4.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO VALE DO RIBEIRA

Segundo o Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento Social (IPARDES, 2003), a tendência do Vale do Ribeira, para 2030, é de diminuição populacional acentuada e acirramento da vulnerabilidade socioeconômica local.

Conforme a TAB. 3, a região apresenta a seguinte distribuição da atividade econômica por Valor Adicionado Bruto:

TABELA 3 – Valor Adicionado Bruto (VAB) – Vale do Ribeira – São Paulo e Paraná – valor absoluto (em R\$) e participação percentual (%) – 2016

Espacialidades	VAB		VAB Indústria		VAB Agropecuária		VAB Serviços		VAB Adm. Pública	
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)
Vale do Ribeira PR	2.158.725	100%	808.757	25%	267.488	20%	631.392	29%	451.088	26%
Vale do Ribeira SP	8.034.542	100%	1.218.030	12%	1.529.204	22%	3.824.688	40%	1.462.619	26%
Vale do Ribeira	10.193.267	100%	1.013.394	19%	898.346	21%	2.228.040	34%	956.854	26%
Paraná	351.177.059	100%	90.265.935	26%	34.670.442	10%	177.186.880	50%	49.053.802	14%
São Paulo	1.724.554.931	100%	369.304.807	21%	35.827.657	2%	1.152.749.216	67%	166.673.250	10%

FONTE: Dados brutos SIDRA (IBGE, 2019). Tabulado pelos autores

Nota-se que os dois territórios, em características locais da população, são diferentes, apesar do Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária de ambos serem próximos, com 20% e 22% respectivamente.

A precariedade da pequena agricultura do Vale do Ribeira deve-se aos fatores: baixa fertilidade do solo e à falta de regularização fundiária, que gera constantes conflitos de posse de terra, resultando na marginalização de pequenos agricultores, ao mesmo tempo em que não oferece estabilidade para investimentos de maior monta aos agricultores mais capitalizados. Segundo o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, de um total de 1,7 milhão de hectares de terras da região, 1,5 são terras devolutas [...]. Apenas os produtores rurais com o título de propriedade ou de domínio de posse tiveram desde então autorização para desmatar as pequenas partes da sua área agrícola (ROMÃO, 2006, p. 12).

Segundo *site* “Cílios do Ribeira” mais da metade do território do Vale do Ribeira é protegido legalmente por meio de um mosaico integrado de unidades de conservação marinhas e terrestres como parques, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental (APAs), que formam uma espécie de cordão de proteção do patrimônio natural, socioambiental, cultural, arqueológico espeleológico e histórico. Entre essas unidades de conservação estão o Parque Estadual do Alto Ribeira (Petar), o Parque Estadual da Ilha

do Cardoso, o Parque Estadual de Jacupiranga, a Estação Ecológica Juréia-Itatins entre outros. Por tudo isso é que, em 1999, a Unesco conferiu à Reserva da Mata Atlântica do Sudeste, constituída por 17 municípios do Vale do Ribeira, o título de Patrimônio Histórico e Ambiental da Humanidade, pelo fato de possuir os melhores e mais extensos remanescentes do bioma na região sudeste do Brasil. São 470.000 ha, que revelam a riqueza biológica e evolução histórica do Bioma, além da beleza da paisagem. São mais de 300 cavernas e sítios arqueológicos, mais de 150 monumentos, ruas e imóveis tombados como patrimônio histórico-cultural, sem contar a diversidade de fauna e flora, espalhados por 31 municípios, 7 no Paraná e 23 em São Paulo (CILIOS DO RIBEIRA, 2011).

O Vale do Ribeira possui características evidenciadas de baixo desenvolvimento e desigualdade crescente. O Índice de GINI, para região, apontou piora no indicador para todos os 30 municípios, nota-se que nos Estados de São Paulo e Paraná também houve piora no indicador, mas há de se destacar que os municípios do Vale do Ribeira caíram de 2000 para 2010 mais do que seus respectivos Estados no geral.

TABELA 4 – Índice de Gini e IDHM – Vale do Ribeira – 2000 e 2010

Espacialidades	Índice de Gini 2000	Índice de Gini 2010	Var.% Gini 2000-2010	IDHM 2000	IDHM 2010	Var.% IDHM 2000-2010
Vale do Ribeira PR	0,562	0,486	-14%	0,480	0,622	29%
Vale do Ribeira SP	0,593	0,513	-12%	0,585	0,699	19%
Vale do Ribeira Total	0,577	0,499	-13%	0,533	0,660	24%
Paraná	0,600	0,530	-12%	0,650	0,749	15%
São Paulo	0,580	0,560	-3%	0,702	0,783	12%
Brasil	0,640	0,600	-6%	0,612	0,727	19%

Legenda:

Faixa IDHM	Classificação
de 0,350 a 0,554	Baixo
de 0,555 a 0,699	Médio
de 0,700 a 0,799	Alto
de 0,800 a 1,000	Muito Alto

FONTE: Dados IDHM: Atlas Brasil (PNUD) 2000 e 2010; IBGE: Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo Município – Período: 2000 e 2010

Parte do Vale do Ribeira, que está situado em São Paulo, desde meados de 2013 vem recebendo destaque por algumas iniciativas e programas governamentais e parcerias privadas, com início recente e que deverão maturar em médio e longo prazo, mas que só foram possíveis por estudos prévios realizados na região como macrozoneamento, gestão por bacias, Zoneamento Ecológico e Econômico e participação ativa dos agentes políticos.

Quanto a parte situada no Paraná, de acordo com pesquisas realizadas para a realização desse artigo, foi possível constatar por meio de *sites* e entrevistas com trabalhadores locais, que há pouquíssima visibilidade e incentivo por meio de investimentos.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2013), entre os 399 municípios, Estado do Paraná, os pertencentes ao Vale do Ribeira paranaense, demonstraram desempenho baixo em comparação com as demais cidades do ranking, sendo classificados respectivamente de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como médio desenvolvimento humano em 86% dos municípios, sendo: 308<sup>o</sup> Rio Branco do Sul (0,679), 332<sup>o</sup> Adrianópolis (0,667), 370<sup>o</sup> Bocaiúva do Sul (0,640), 375<sup>o</sup> Itaperuçu (0,637), 391<sup>o</sup> Tunas do Paraná (0,611), 399<sup>o</sup> Cerro Azul (0,573), 400<sup>o</sup> e 14% apresentam baixo desenvolvimento humano: Doutor Ulysses (0,546).

Pelo IDHM são captadas as porções menos desenvolvidas do território paranaense, especialmente nas regiões centro-sul e Vale do Ribeira, em razão de restrições de topografia, solo e relevo à implantação e consolidação de atividades agrícolas passíveis de mecanização e, por extensão, de multiplicação de ganhos de produtividade, além das dificuldades de escoamento da produção, por conta de insuficiências ou deficiências na malha de transportes, notadamente de rodovias (IPARDES, 2007).

No Estado de São Paulo, entre os 646 municípios pesquisados, cerca de 43% dos municípios do Vale do Ribeira paulista, demonstram alto desenvolvimento humano, sendo: 205<sup>o</sup> Registro (0,754); 342<sup>o</sup> Pariquera-Açu (0,736); 416<sup>o</sup> São Lourenço da Serra (0,728); 427<sup>o</sup> Iguape (0,726); 435<sup>o</sup> Ilha Comprida (0,725); 498<sup>o</sup>; 470<sup>o</sup> Cananéia (0,720); Jacupiranga (0,717); 535<sup>o</sup> Apiaí (0,710); 544<sup>o</sup> Juquitiba (0,709); 569<sup>o</sup> Iporanga (0,703); 583<sup>o</sup> Juquiá (0,700). Os outros 57% apresentam médio desenvolvimento humano e são: 590<sup>o</sup> Ribeira (0,698); 594<sup>o</sup> Miracatu (0,697); 598<sup>o</sup> Pedro de Toledo (0,696); 603<sup>o</sup> Cajati (0,694); 608<sup>o</sup> Eldorado (0,691); 621<sup>o</sup> Tapiraí (0,681); 624<sup>o</sup> Itaóca; (0,680); 629<sup>o</sup> Itariri (0,677); 634<sup>o</sup> Sete Barras (0,673); 639<sup>o</sup> Itapirapuã Paulista (0,661); 640<sup>o</sup> Barra do Chapéu (0,660); 645<sup>o</sup> Cananéia e Barra do Turvo (0,641).

Diante da realidade do Vale do Ribeira Paranaense de perfil rural e de agricultura familiar o Governo do Estado iniciou um programa de incentivo para produção agrícola familiar, como forma de impulsionar a economia local.

No território Ribeira, o Programa Compra Direta da Agricultura Familiar evoluiu significativamente nos últimos três anos, transformando-se numa política pública estruturante e estratégica para o desenvolvimento sustentável da região. O programa, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), aplicou R\$ 76.856,30 em 2004 e evoluiu para R\$ 884.370,40 em 2006. No mesmo período, o número de

agricultores familiares beneficiados passou de 47 para 455, enquanto o acesso aos alimentos produzidos aumentou de 3.520 para 139.892 pessoas beneficiadas com o referido Programa (IPARDES, 2007).

Apesar do programa, a participação da produção do Vale do Ribeira paranaense na composição da produção agrícola total do Paraná, em 2017 pode ser considerada inexpressiva quando analisado o volume total do estado. Em um panorama geral a produção agrícola do Vale do Ribeira paranaense recuou 10% no acumulado de 2010-2017 segundo dados do Sidra (IBGE, 2019) para Produto das lavouras temporárias e permanentes.

Baseado nas categorias da OCDE, o Vale do Ribeira Paranaense possui 71% de municípios essencialmente rural e 29% relativamente rural, já o Vale do Ribeira de São Paulo possui 22% e 78% respectivamente (OCDE apud VEIGA, 2000).

As diferentes dimensões abordadas sobre o local e a percepção de que o tecido social possui em sua maioria característica essencialmente rural, abre espaço para abordar o aspecto multidisciplinar, para tentar explicar a característica do meio rural e urbano e a sua relação com o desenvolvimento local. A relação da cidade e do campo, mudou radicalmente a partir do século XX, busca-se por meio de teorias econômicas, sociais e aspectos culturais, produzir uma prosperidade sólida no ambiente rural sem a necessidade de ruptura de seus habitantes com o meio que estão inseridos, a dinâmica do êxodo rural para o meio urbano, chegou em seu esgotamento ao longo das décadas (VEIGA, 2000).

Em uma abordagem multidisciplinar (VEIGA, 2000), coloca em foco uma observação pertinente “Rural não é sinônimo de Agrícola”. Essa percepção explica de certa forma o fenômeno que ocorre no Vale do Ribeira, principalmente a região Paranaense e os municípios do Vale do Ribeira de São Paulo fronteira com o Paraná. A região é essencialmente rural, ao mesmo tempo em que não é voltada ao agronegócio, o que se vê no Vale do Ribeira segundo relatório do IPARDES (2007) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (ROMÃO, 2006) é um perfil de agricultura familiar de subsistência, extensiva e de baixa produtividade e baixa representatividade para os Estados de São Paulo e Paraná. De acordo com os dados do Sidra, a lavouras temporárias e permanentes vem apresentando queda na produção, de 2010 para 2017 o Vale do Ribeira Paranaense registrou uma queda de 10% da produção agrícola.

### 3.3 INTERPRETAÇÕES SOBRE A DINÂMICA ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA

A perda de oportunidade de obter-se análises de variáveis importantes para um possível plano de desenvolvimento do Vale do Ribeira paulista e paranaense pode ser observada no documento de gestão por bacias do Estado de São Paulo (FEHIDRO, 2014). O documento expõe a constatação de que durante a análise da região do Vale do Ribeira, foi identificada a necessidade de fortalecimento das relações interinstitucionais entre os Estados de São Paulo e Paraná, devido à dificuldade de articulação com o Estado do Paraná. O documento apresenta a seguinte justificativa:

a gestão de recursos hídricos realizada de maneira descentralizada e participativa é pouco conhecida pela sociedade. Dificuldade de localização e entendimento dos dados técnicos sobre a situação dos recursos hídricos pela sociedade. Falta de custeio para a Sociedade Civil (FEHIDRO; 2014, p. 150).

Parte do referencial teórico do projeto FEHIDRO (2014), incluindo o estudo para o desenvolvimento da gestão por bacias e a proposta de macrozoneamento Ecológico e Econômico (SEMA, 2014) foram elaborados pelo estado de São Paulo, considerando apenas os municípios do Vale do Ribeira pertencentes a ele. Além disso, o estudo encomendado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (ROMÃO, 2006), que resultou na obra “Vale do Ribeira: Um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais de 2006” não englobou a região como um todo, restringindo as soluções e mapeamento da região entre os municípios situados em São Paulo.

Hirschman (1958 apud DINIZ, 2006), afirma que o recurso mais escasso nos países subdesenvolvidos é a capacidade de tomar decisões. Tal afirmativa pode ser replicada para regiões como o Vale de Ribeira. Apesar de algumas frentes criticarem o modelo onde o estado atua como catalisador e até qual ponto o governo deve intervir no campo econômico, deve-se considerar que casos de região de extrema pobreza como o Vale do Ribeira tem naturalmente elevada relação capital e produto, proveniente da falta de recursos da região. Tal o cenário de escassez de atratividade para investimento, desencoraja o protagonismo de empresas privadas.

A região encontra no governo a alternativa de iniciar o ciclo de crescimento econômico, tal qual o modelo de crescimento desequilibrado citado por Hirschman, onde a mistura de dois tipos de investimento tem como resultado a expansão de atividades diretamente produtivas. “No sistema de Hirschman, os excessos e faltas são corrigidos

através das oportunidades de lucro que orientam os empresários rumo ao caminho de expansão certo” (HIRSCHMAN apud KINDLEBERGER, 1976, p. 205).

Uma pesquisa realizada em 25/04/2019 com uma das representantes de uma Empresa cimenteira, localizada em Adrianópolis-PR, ajudou a levantar pontos importantes, como por exemplo a dificuldade de transporte devido à localização e péssimas condições da BR 476 (Estrada da Ribeira). A empresa considerada de porte grande, conta com 190 colaboradores na fábrica de Adrianópolis, 40 na mineração e 130 nas concreteiras, sendo a maioria deles auxiliares com apenas ensino médio ou ensino médio incompleto. Uma das principais razões para a instalação da fábrica no Vale do Ribeira, foi a proximidade da matéria-prima, pois segundo eles não é viável gastar dinheiro transportando o calcário para uma indústria cimenteira. A matéria-prima principal é o Calcário, ela compõe 95% do cimento, depois usa-se, areia, argila, minério de ferro, gesso, entre outros. O calcário, vem da nossa mineração, é muito difícil esgotar, estima-se que tenhamos o calcário para mais de 150 anos de exploração.

A partir das leituras interpretativas teóricas sobre o Vale do Ribeira, do levantamento e análise de dados, bem como da entrevista realizada, constatou-se que:

1. A região carece de estudo de áreas para avaliação de viabilidade de potencial turístico e ou de implantação de indústria e polos de desenvolvimento.
2. A região aparentemente (pesquisas por meio de *sites*) não apresenta parcerias entre o estado de São Paulo e Paraná afim de desenvolver de forma homogênea o Vale do Ribeira e ampliar programas, que hoje estão focados de forma exclusiva no Vale do Ribeira de São Paulo, os quais:
  - O Projeto Legado das Águas: “Parceria entre a empresa Votorantim e o Governo do Estado de São Paulo, voltado a pesquisas científicas, elaboração de relatórios, iniciativas sociais e econômicas com objetivo de levar melhorias à população de Juquiá, Miracatu e Tapiraí por meio ações de apoio à gestão pública, de valorização da cultura, de educação inclusiva, estímulo ao empreendedorismo e de fomento ao turismo por meio de projetos que seguem as diretrizes e tecnologias sociais” (LEGADO DAS ÁGUAS, 2018) .
  - O Projeto Caminhos da Mata Atlântica: A iniciativa reúne o Programa Mata Atlântica e Marinho do WWF-Brasil, junto com outras 13 instituições, além de

voluntários, usuários, governo e operadores de turismo. Tem como objetivo fomentar e fortalecer o Turismo de cidades com extensão de Mata Atlântica do Rio de Janeiro à Santa Catarina. Com o apoio do Sebrae que irá capacitar as empresas com potencial turístico, o projeto que apesar de permear o Paraná, não apresenta pontos de paradas no Vale do Ribeira PR, e há de concluir-se que tal decisão deriva da falta de infraestrutura e planejamento turístico na região. No documento de diretrizes gerais do Projeto há seguinte menção: “Mudanças no traçado são esperadas e possíveis [...] Deve-se priorizar a passagem por trilhas tradicionais e populares, assim como circuitos recreativos e roteiros turísticos” (CAMINHO DA MATA ATLÂNTICA, 2018). O projeto irá fomentar diversos estabelecimentos que após avaliação de qualidade em parceria com a consultoria do SEBRAE, receberão um selo de qualidade, denominado “Excelência de Gestão – Caminhos da Mata Atlântica.

A complexidade do ponto central da pesquisa, o desenvolvimento local, que vai além da ótica do PIB e possa oferecer soluções profundas e duradouras, requerem a atuação de diversas áreas do conhecimento, requerem multidisciplinaridade, que de acordo com Pombo (2004) se refere a um processo contínuo a partir, em primeiro momento, da coordenação e paralelismo entre disciplinas, seguido por uma combinação e convergência, até uma possível unificação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados geográficos e socioeconômicos levantados para o meio rural ao longo da pesquisa, fica evidente a limitação deste viés para explicar como um todo a dinâmica local.

A leitura da geografia rural e urbana realizada por meio da Teoria do Estado Isolado e Teoria da localização de Johann Heinrich von Thünen (1852) em complementariedade com o conceito do insumo de distância de Isard (1957), gera a constatação de que o Vale do Ribeira não configura um lugar central, apesar do Vale do Ribeira Paranaense ser consideravelmente próximo da capital das capitais de São Paulo e Curitiba, as condições geográficas e custo do transporte gerado por condições ruins de estrada, impactam na renda. No caso do Paraná as condições da BR 476, foi considerada péssima em entrevista com a Industria Supremo Cimentos, já no caso da BR-116, o trecho de passagem pelo Vale do Ribeira até o ano de 2017 era considerado o mais perigoso da Régis Bittencourt, a obra

de duplicação, iniciou em 2013 e foi concluída em 2017. Para o período analisado neste artigo o trecho de escoamento de produção possuía elevado congestionamento, alto índice de acidentes e trechos de pista simples.

Além de Von Thunen, demais estudos dos teóricos especialistas como Alfred Weber, Launhardt, Christaller e Losch, reforçam a não centralidade do Vale, tanto pelo fluxo crescente da população rural para os meios urbanos, evidenciado pelo censo demográfico 2000 e 2010.

Esta população normalmente se direciona a municípios da Região Metropolitana ou regiões com grande população em busca de melhores oportunidades e empregos do que as existentes no campo. Este fenômeno configura um ponto de destaque em conjunto com as características geográficas entre os fatores identificados que limitam a região e impactam nos processos sociais.

Quando observado o conjunto de estudos e pesquisas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (ROMÃO, 2006), e relatórios do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2007) foram constatado um problema de fertilidade do solo, erosão natural como agravantes para produtividade, implantação de agricultura intensiva e exclusão da região em programas de desenvolvimento, reforçando a baixa produção das lavouras em relação a produção total dos Estados, e o perfil agrícola familiar e de agricultura de subsistência.

A porcentagem de demarcação com potencialidade de degradação de 94,3% mostrou-se elevada (IPARDES, 2007) o que reforça a leitura por meio dos estudos e teorias como: Teoria dos Lugares Centrais; Teoria da Localização; A ordem espacial da economia ao ponto que estas evidenciam a importância da localização para o desenvolvimento da região.

Para a leitura da dinâmica da economia e interpretação da composição do Valor Adicionado Bruto, foi utilizado a Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento de Perroux (1955), sua teoria, fundamenta a maior probabilidade de crescimento em polos industriais que caracterizam-se como indústria motriz. A interpretação da teoria dos polos em conjunto com a identificação das características geográficas da região foi importante para realização da interpretação da composição VAB. Foi identificado que uma parcela representativa da indústria é caracterizada como indústria de extração e transformação com baixa demanda por mão de obra como extração mineral, corte de madeira e reflorestamento e transformação em papel, celulose e lenha. Foi constatado que a principal razão para instalação de indústria com tais características no Vale do Ribeira, é a proximidade da matéria-prima. Algumas informações coletadas em entrevistas, ajudou a explicar a ausência de indústrias de equipamentos e tecnologia essenciais para criação

de polo de desenvolvimento, como a baixa escolaridade dos trabalhadores.

O conjunto de Teorias utilizados para interpretar a dinâmica local, mostra que as características da região e a forma com ela se desenvolve fora do eixo da centralidade contribui para explicar os bolsões de pobreza e o aumento da desigualdade demonstradas por meio de comparação do GINI 2000-2010. O comportamento decrescente do GINI demonstra a importância do papel do Estado no desenvolvimento do Vale do Ribeira não somente como papel de agente catalisador, como também o único modo de quebrar a espiral de baixa produtividade e desigualdade.

O papel do Estado como um agente de mudança assim como abordado por Hirshmann, Myrdal e Nurkse, em suas respectivas teorias do Crescimento Desequilibrado, Causação Cumulativa e Ciclo Vicioso da pobreza, foram utilizados para tentar entender o caso do Vale e a dificuldade em inserir o Estado como protagonista na quebra de espiral da pobreza e baixa produtividade no meio rural. Um dos problemas identificados é a divisão deste protagonismo, atuando como forças paralelas. Vale é dividido entre dois agentes principais, o Estado de São Paulo e do Paraná. Essa segregação territorial por sua vez foi uma das principais dificuldades para estudar a região como um todo o que veio a tornar-se um entrave para analisar o Vale de forma homogênea. Tal dificuldade foi encontrada em falta de mapas, leituras de documentos realizados em períodos distintos, resultando em informações e pesquisas que não podem ser unificadas em tabulações, resultando em entrave para desenvolvimento de pesquisas científicas indissociável do local.

Esta dificuldade veio a ser reforçada na realização de busca por artigos científicos sobre a região. Há poucas referências de artigos científicos, há estudos sobre saúde epidemiologia, contaminação, mas não há estudos científicos sobre movimento migratórios, necessidades e carências educacionais.

A pesquisa teve intuito informacional, para uma nova perspectiva sobre a situação dos municípios desta região e para a alteração da consciência sobre a realidade local e para destacar a importância da multidisciplinariedade para a aproximação de uma nova leitura do Vale do Ribeira. A importância da multidisciplinariedade foi constatada ao longo da pesquisa diante da necessidade da coordenação e paralelismo entre disciplinas como Geografia, Sociologia e Ciências Econômicas, para uma maior aproximação do entendimento da região, seguido por uma combinação e convergência, pensando em uma forma de unificar e propiciar o amadurecimento desta abordagem para interpretar o local e um possível caminho para condução de novos estudos.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999. Disponível em: <<http://ifibe.edu.br/arq/201508131525281087273037.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2019.
- ALVES, Eliseu; MARRA, Renner; SOUZA, Geraldo da Silva. **Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010**. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 80-88, abr./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/910778/1/Exodoesuacontribuicao.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- CAMINHO DA MATA ATLÂNTICA. Disponível em: <<http://caminhodamataatlantica.org.br>>. Acesso em: 07 abr. 2019.
- CARDOSO, Fernanda Graziella. **A armadilha do subdesenvolvimento**: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade. 2012. 263 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-26062012-155604/pt-br.php>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- CLASSIFICAÇÃO climática de Köppen-Geiger. **Wikipédia**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?oldid=16801300>>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- CLEMENTE, Ademir. **Economia regional e urbana**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**: população total, população urbana e rural – São Paulo, Paraná e Brasil 2010. IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- CILIOS DO RIBEIRA 2011. **Conheça o Vale do Ribeira, patrimônio da humanidade**. Disponível em: <<https://www.ciliosdoribeira.org.br/vale-ribeira/patrimonio>> Acesso em: 01 maio 2019.
- DINIZ, Célio Campolina (Org.). **Economia regional e urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- ENGEORPS. **Proposta de macrozoneamento do Vale do Ribeira**. 1996. Disponível em: <[https://smastr16.blob.core.windows.net/cpla/2011/06/Proposta-de-Macrozoneamento\\_Vale-do-Ribeira\\_Relatorio-Final\\_ENGEORPS\\_1996.pdf](https://smastr16.blob.core.windows.net/cpla/2011/06/Proposta-de-Macrozoneamento_Vale-do-Ribeira_Relatorio-Final_ENGEORPS_1996.pdf)> Acesso em: 05 ago. 2018.
- FAURÉ, Yves A.; HASENCLAVER, Lia (Org.). **O Desenvolvimento econômico local no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2003.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO; FUNDO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS. **Elaboração do plano da bacia hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul UGRHI 11**. São Paulo: CBH-RB; FEHIDRO; FUNDAG, 2014. Disponível em: <<http://comiterb.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Plano-de-Bacia-CBH-RB-Relatorio-I.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.
- GREMAUD, Amaury Patrick; VANCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO Jr., Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Diagnóstico socioeconômico do território Ribeira**: projeto de inclusão social e desenvolvimento rural sustentável. Curitiba: IPARDES, 2007. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorio\\_ribeira.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorio_ribeira.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Projeção da população dos municípios do Paraná para o período 2018 a 2040**. Curitiba: IPARDES, 2017. Disponível em: <[http://www.ipardes.pr.gov.br/ipardes/pdf/nota\\_tecnica\\_populacao\\_projetada.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/ipardes/pdf/nota_tecnica_populacao_projetada.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Vale do Ribeira**: referências da dinâmica regional. Curitiba, 2003. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/vale\\_ribeira.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/vale_ribeira.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Produto interno bruto dos municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contasnacionais/9088-produto-internobrutod-dos-municipios.html>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ISARD, Walter. Location and Space Economy: a general theory relating to industrial location, market areas, land use, trade, and urban. **Economic Journal**, Massachusetts, v. 24, n. 1, p. 90-92, July 1957. Disponível em: <[http://www.economia.unam.mx/cedrus/descargas/locationspaceeco00isar%20\(1\).pdf](http://www.economia.unam.mx/cedrus/descargas/locationspaceeco00isar%20(1).pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

JONES, Charles. **Introdução a teoria do crescimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

KINDLEBERGER, Charles. **Desenvolvimento Econômico**. 20. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

LEGADO DAS ÁGUAS. **Desenvolvimento territorial**. Disponível em: <<https://legadodasaguas.com.br/desenvolvimento-territorial>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de Política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 12, n. 21, p. 5-19, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/download/878/940>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense em tempos de globalização**. Curitiba: Ed. do Autor, 2003.

\_\_\_\_\_. **Fatores de mudanças e entraves ao desenvolvimento**. Curitiba: Ed. do Autor, 2007.

\_\_\_\_\_. O Paraná e os 40 anos do IparDES. **Comunicado para o Planejamento**, Curitiba, n. 23, p. 1-4, jun. 2013. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Comunicado\\_Planejamento\\_26.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Comunicado_Planejamento_26.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: Badep, v. 28, n. 87, p. 31-52, jan./fev. 1972. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/344/297>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOURÃO, Gustavo Nunes; RABELO, Tayana de Mello. Gestão fiscal e desenvolvimento humano no Vale Do Ribeira. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 15, 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba: FAE, 2014. Disponível em: <<https://cadernopaic.fae.edu/cadernopaic/article/view/60>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Atual modelo de urbanização é insustentável, diz ONU-Habitat em relatório**. Maio, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/atual-modelo-de-urbanizacao-e-insustentavel-onu-habitat-relatorio>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PARANÁ. **Bacias hidrográficas do Paraná**. Curitiba: SEMA, 2010. (Série Histórica). Disponível em: <[http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/corh/Revista\\_Bacias\\_Hidrograficas\\_do\\_Parana.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/corh/Revista_Bacias_Hidrograficas_do_Parana.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2018.

PAULO; H. B. de Oliveira Jr. **A história da Agricultura através do tempo**. Rio de Janeiro, 1989. 1 ed. Projeto Tecnologia Alternativas.

POMBO, Olga. **Epistemologia da interdisciplinaridade**: interdisciplinaridade, humanismo, universidade. Porto: Campo das Letras, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2013**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. 12 abr. 2018.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Coord.). **Economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROMÃO, Devancyr A. (Org.). **Vale do Ribeira**: um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais. Brasília: MDA, 2006.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria do Meio Ambiente. **Zoneamento econômico-ecológico**: Vale do Ribeira. 1996. Disponível em: <<http://www2.ambiente.sp.gov.br/cpla/zoneamento/zoneamento-ecologico-economico/vale-do-ribeira>>. Acesso em: 15 ago. 2018

\_\_\_\_\_. **Zoneamento econômico-ecológico**: setor costeiro do Vale do Ribeira. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www2.ambiente.sp.gov.br/cpla/2018/05/02/zoneamento-ecologico-economico-setor-costeiro-do-vale-do-ribeira-2014>>. Acesso em: 30 set. 2018.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2005.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

THEIS, Ivo Marcos; GALVÃO, Antonio Carlos F. A formulação de políticas públicas e as concepções de espaço, território e região. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 14, n. 2, p. 55-69, nov. 2012. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4101>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

VEIGA, José Eli da. **A face do desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIETMEYER, Noel. **Our daily bread**: the essential norman borlaug. Lorton: Bracing Books 2011.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.